

Horizonte ideológico, discurso alheio e polêmica no livro-manifesto de Zacarias de Góis e Vasconcelos

Rafael SCHNEIDER¹

Sheila Vieira de Camargo GRILO²

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
| rafael_schneider@usp.br | <https://orcid.org/0009-0002-7782-0640>

2 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
| sheilagrillo@usp.br | <https://orcid.org/0000-0003-0480-2660>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v22i2.4000>

Resumo: O objetivo deste trabalho é recuperar o horizonte ideológico do livro-manifesto *Da natureza e limites do Poder Moderador*, de autoria de Zacarias de Góis e Vasconcelos, mediante a análise da presença deste horizonte nas formas de transmissão do discurso alheio. Trata-se de um dos textos mais relevantes da história política do Brasil, que se constrói em diálogo com o contexto político imediato e com tendências ideológicas amplas. O trabalho partiu da definição do gênero manifesto e da organização tripartida da obra, selecionando as duas partes mais importantes e extensas para análise. À luz de conceitos das obras do Círculo de Bakhtin, analisamos como o discurso alheio se manifesta nos enunciados, ora construindo os alicerces para a defesa do posicionamento do autor, ora tornando-se o alvo de uma polêmica aberta entre o autor e os seus opositores políticos. Os resultados apontam que Zacarias de Góis e Vasconcelos contempla um amplo horizonte ideológico e que o seu modo de cotejar ideias opostas em torno de um mesmo tema, valendo-se da polêmica e das formas de transmissão do discurso alheio, faz com que o livro-manifesto em questão seja um registro da possibilidade de defesa de pontos de vista conservando um posicionamento moderado.

Palavras-chave: Horizonte Ideológico. Discurso Alheio. Gênero do Discurso. Polêmica. Círculo de Bakhtin.

Ideological horizon, reported speech, and polemic in the manifesto book of Zacarias de Góis e Vasconcelos

Abstract: The objective of this work is to recover the ideological horizon of the manifesto book *Da natureza e limites do Poder Moderador*, authored by Zacarias de Góis e Vasconcelos, by analyzing the presence of this horizon in the forms of reported speech transmission. It is one of the most relevant texts in Brazilian political history, constructed in dialogue with the immediate political context and broad ideological trends. The study begins with a definition of the manifesto genre and the tripartite organization of the work, selecting the two most important and extensive parts for analysis. In light of concepts from the works of the Bakhtin Circle, we analyzed how reported speech manifests itself in utterances, sometimes building the foundations for the defense of the author's position, and at other times becoming the target of open polemic between the author and his political opponents. The results indicate that Zacarias de Góis

e Vasconcelos contemplates a broad ideological horizon and that his method of comparing opposing ideas on the same theme – using polemic and forms of reported speech transmission – makes the manifesto book in question a record of the possibility of defending points of view while maintaining a moderate stance.

Keywords: Ideological Horizon. Reported speech. Speech Genre. Polemic. Bakhtin Circle.

| Introdução

Este artigo tem o intuito de recuperar o horizonte ideológico do manifesto *Da natureza e limites do Poder Moderador*, de autoria de Zacarias de Góis e Vasconcelos, mediante a análise de sua presença nas formas de transmissão do discurso alheio. Para tal propósito, serão seguidos os três passos metodológicos propostos em *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nos estudos da linguagem* para o estudo da língua:

1) Formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (Volóchinov, 2021 [1929], p. 220).

Orientada por esses passos metodológicos, a pesquisa partiu da síntese de obras de filosofia política a fim de caracterizar o horizonte ideológico liberal que perpassa o enunciado de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em consonância com o primeiro passo de Volóchinov. Em seguida, fez-se a análise das condições da interação do enunciado livro-manifesto do autor supracitado. Por fim, conduziu-se a pesquisa à dimensão verbal do enunciado livro-manifesto, mediante a identificação, a descrição e análise dos estilos, modelos e modificações das formas de transmissão do discurso alheio, polêmica discursiva e réplicas dialógicas. Esse percurso justifica a organização textual do artigo.

A obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* foi selecionada por sintetizar o pensamento de Zacarias de Góis e Vasconcelos acerca do quarto poder do Estado e por tratar-se, conforme veremos adiante, de um dos textos mais relevantes da história política do Brasil no século XIX. Defensor das responsabilidades ministeriais de fiscalizar o Poder Moderador, Zacarias de Góis e Vasconcelos buscou o embasamento teórico para suas posições. O seu discurso, dotado

de um variado e amplo horizonte ideológico, se constrói no tensionamento entre o enfoque “dissociativo”³ e a construção do diálogo gerado pelo enfoque “associativo”, como forma de escapar dos efeitos polarizadores oriundos do discurso populista para alcançar mudanças democráticas mais significativas.

| O livro-manifesto *Da Natureza e Limites do Poder Moderador* em seu tempo: horizonte ideológico, propósito e relevância

O enunciado em análise nesta pesquisa é o manifesto que serviu como base para o renascimento do pensamento liberal (que surge primeiro com o Partido Liberal em 1831) durante o Segundo Reinado do Império do Brasil. Primeiramente, faz-se necessário definir o gênero da obra e, em seguida, contextualizar seu horizonte ideológico. As correntes de pensamento que, em maior ou menor grau, afetam o curso da sociedade, têm sido inspiradas por registros escritos que as norteiam. Os exemplos são numerosos nas mais diversas esferas ideológicas⁴ e, a despeito das discordâncias que possam suscitar, tais escritos são fundamentais na orientação axiológica e ideológica de indivíduos direta ou indiretamente em contato com tais obras. Os enunciados do gênero “manifesto” têm a finalidade de expor e defender a ideologia de um determinado grupo e são fonte inspiradora das correntes de pensamento, às quais se relacionam, conforme observa Bortolucce (2015, p. 6):

Entende-se atualmente o manifesto como um gênero textual, de caráter persuasivo, que se propõe a declarar publicamente princípios específicos, chamando a atenção do público, incitando à ação e alertando para a necessidade de realização de algum tipo de mudança.

O enunciado em questão reúne essas características, pois, de acordo com Oliveira (2022, p. 15), “conteria os argumentos que municiam as oposições liberais na década de 1860, sustentando as críticas às propostas defendidas por Pimenta Bueno, em 1857; pelo Visconde do Uruguai, em 1862; e posteriormente

3 Os enfoques “associativo” e “dissociativo” são apresentados em um panfleto de Chantal Mouffe (2018) “Por um populismo de esquerda” como as duas formas de enxergar o domínio político. O enfoque associativo tem uma visão positiva do domínio para a produção de consensos, enquanto o enfoque dissociativo defende o conflito e o antagonismo.

4 Casos bastante diversos, mas que têm em comum a declaração, a defesa e a propagação de suas ideologias podem ser vistos em obras como *Manifesto Comunista* (1848), de Karl Marx e Friedrich Engels; *Minha Luta* (1925), de Adolf Hitler; *Industrial Society and its Future* (1995), de Theodore Kaczynski; *SCUM Manifesto*, (1967), de Valerie Solanas; *A Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776), elaborada pelo Comitê dos Cinco; entre outras.

por Brás Florentino, em 1864”. Esse fato histórico mostra que o enunciado apresenta as condições de persuasão necessárias para mobilizar uma iniciativa pela mudança. Vale ressaltar que a classificação “livro-manifesto” conta também com o substantivo que especifica a materialidade do suporte escolhido por Zacarias e que é importante, justamente porque corrobora com a intencionalidade de maior embasamento teórico do enunciado, que não se propõe a ser conciso ou a vincular a famosa “palavra de ordem” tão comum a outros enunciados do gênero manifesto. O horizonte ideológico no qual a obra se insere não é estranho ao gênero em questão, mas demandava enunciados com linguagem mais comedida.

Conforme desenvolvido por Grillo (2023), o horizonte ideológico⁵ é um elemento do contexto do enunciado desenvolvido por Mikhail Bakhtin em sua antropologia filosófica na primeira metade dos anos 1920 (2003 [192-], 1993 [1924], 2003 [192-], 2010 [1918-2024]) e também presente em obras de Pável Medviédev (2012 [1928]) da segunda metade dos anos 1920. Na antropologia filosófica bakhtiniana, o “ato volitivo individual, no acontecimento concreto da existência” compreende a vida humana em seus atos concretos – aí incluídos, a nosso ver, os enunciados verbais e não verbais – dos quais o contexto – seja ele ético (relação Eu-Outro), situacional (interlocutores, aqui, agora etc.) e o horizonte ideológico amplo (outras obras, ideologias, cultura) – é parte integrante, constitutiva, inalienável. No método sociológico desenvolvido por P. Medviédev, os fenômenos ideológicos⁶ integram e são influenciados pelo meio ou horizonte ideológico geral de dada época e de dada sociedade, que é formado pelo conjunto dos objetos-signos (obras de arte, símbolos religiosos etc.) constitutivo da “consciência social de uma dada coletividade” (Medviédev, 2012 [1928], p. 56).

O horizonte ideológico da obra em questão é formado, sobretudo, pelo liberalismo clássico, que tem em John Locke um de seus idealizadores. Para Locke (1994 [1689]), o governante nunca deve agir priorizando os seus interesses em detrimento da satisfação daqueles sobre os quais governa. Quando o poder é exercido com a finalidade de obter vantagem pessoal, o governante age como tirano. Já quando o governante age em benefício dos

5 Em razão do objetivo central de desenvolver uma análise de um importante enunciado da esfera política brasileira do século XIX, os conceitos da teoria de Bakhtin e do Círculo não serão expostos em uma seção dedicada exclusivamente à fundamentação teórica do trabalho, mas serão expostos durante as análises quer no corpo do texto, quer em notas de rodapé.

6 O foco deste artigo está no conceito de horizonte ideológico, e não no de ideologia, conforme exposto por Valentin Volóchinov em “O que é a linguagem/língua?” (2019 [1930]), a saber: “entendemos por ideologia todo o conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da atividade social e natural expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico e técnico ou em alguma outra forma signíca” (p. 243).

direitos naturais de seu povo, mostra-se um líder justo, sobretudo, quando age em conformidade com as leis. Influenciados por esse princípio, muitos políticos e revolucionários encontraram respaldo para as suas ações contra os governantes que ultrapassassem os limites considerados razoáveis, ou seja, os limites da lei que não interfere nos direitos naturais dos homens.

É nessa noção de uma lei injusta ou aplicada de forma excessiva que Zacarias de Góis e Vasconcelos irá consubstanciar a sua postura perante o exercício do Poder Moderador como carente da fiscalização ministerial. Não obstante, cabe destacar que Zacarias não se opõe ao Poder Moderador, mas o entende nos moldes em que fora idealizado por Benjamin Constant⁷, ou seja, como a quarta subdivisão do Poder do Estado, sendo exercido pelo Imperador a fim de harmonizar os demais poderes. A sua intenção não é contrariar o pensamento do teórico francês e sim defender a ampliação da responsabilização ministerial pelos atos do Poder Moderador e, conseqüentemente, a maior ingerência por parte dos ministros no exercício de tal poder.

O texto de Zacarias de Góis e Vasconcelos representou a sua guinada às fileiras liberais, além de ser “a síntese dos princípios liberais durante todo o período monárquico” (Oliveira, 2002), pois serviu como guia para a oposição aos trabalhos do Visconde do Uruguai e de Brás Florentino. A obra de Zacarias concentra-se nos liberais moderados, atuantes politicamente na primeira metade do século XIX. Essa capacidade de Zacarias de equacionar diferenças, no entanto, mostrou-se essencial para angariar o respeito de pensadores conservadores que, paulatinamente e, ainda que de forma dispersa, voltaram-se contra certas medidas, como o Poder Moderador. É o caso de seu opositor Antônio Ferreira Vianna que, na obra *A conferência dos Divinos* (1867), satiriza D. Pedro II, retratando-o como um déspota esclarecido, capaz de controlar e manipular o jogo político sem recorrer à violência.

No contexto político do século XIX, a obra de Zacarias de Góis e Vasconcelos, ainda que não tenha conseguido atenuar o Poder Moderador, acabou corroborando para o retorno dos liberais ao poder com posicionamentos mais firmes e menos propensos a ceder às pressões da ala mais conservadora, como ocorrera nas

7 Henri-Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830) foi um destacado pensador político do final do século XVIII e início do século XIX. É importante não o confundir com Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), militar e pensador positivista brasileiro. Apesar de ambos serem republicanos, o francês era um defensor do liberalismo e não partilhava dos ideais positivistas do brasileiro.

décadas de 1830 e 1840 diante da ação dos regressistas⁸. O livro-manifesto *Da Natureza e Limites do Poder Moderador* é, portanto, um importante registro das interpretações do autor sobre o seu próprio percurso teórico e dos embates com um conservadorismo mais autoritário, o que conciliou parte dos conservadores e liberais moderados e o alçou ao comando de três gabinetes entre 1862 e 1868.

| Análise das formas de transmissão do discurso alheio na obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* (1862), de Zacarias de Góis e Vasconcelos

Já destacado o gênero da obra em análise e o horizonte ideológico que conformou o pensamento político de Zacarias de Góis e Vasconcelos, cabe agora entender de forma mais detalhada em que consiste a obra sintetizadora de suas ideias e mostrar como esse horizonte ideológico está presente nas formas de transmissão do discurso alheio dessa obra. Valentin Volóchinov (2021 [1929]) define o discurso alheio como a presença do discurso ou enunciado alheio no discurso ou enunciado do autor (este também chamado de contexto autoral). A abordagem de Volóchinov se orienta pela inter-relação dinâmica entre discurso alheio e contexto autoral e pela compreensão de que as formas sintáticas estáveis de transmissão do discurso alheio surgem e se constituem sob a influência das tendências dominantes de percepção do discurso alheio. Ao se tornarem formas da língua, as formas de transmissão do discurso alheio regulam, estimulam ou inibem o desenvolvimento das tendências de percepção avaliativa dos discursos alheios.

A obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* exprime a discordância de Zacarias de Góis e Vasconcelos no tocante a aspectos técnicos do Direito Constitucional do Império do Brasil atrelados às responsabilidades ministeriais no exercício do Poder Moderador. O grande questionamento do autor reside no entendimento de que o Imperador possuiria a atribuição de exercer o Poder Moderador, mas que este não poderia fazê-lo sem uma consulta de seus atos aos ministros. A partir dessa questão central, Zacarias de Góis e Vasconcelos elabora uma obra em três partes, sendo duas – primeira e última partes – enunciados de análise criteriosa sobre a limitação do Poder Moderador e uma parte voltada a discursos proferidos no Senado, por ele mesmo, em julho de 1861.

8 Os regressistas formam um grupo que surge no contexto do Primeiro Reinado (1822-1831) em defesa do governo do Imperador D. Pedro I contra os ataques dos primeiros liberais que buscavam a instauração da regência e o fim do que entendiam como favorecimento de portugueses em assuntos políticos e econômicos brasileiros. Anos após a abdicação do trono, os regressistas conseguem a renúncia da regência de Diogo Antônio Feijó, em 1837, e, embora tenham sofrido reveses com a Declaração da Maioridade, em 1840, conseguem se manter no poder durante grande parte do tempo até a década de 1860 (Basile et al., 2016 [1990]).

Para expor e defender suas ideias, o autor realiza o resgate de conceitos, de teorias e da orientação axiológica de determinados pensadores caros ora aos liberais, ora aos conservadores, com o intuito de defender uma monarquia constitucional que não tendesse a uma postura totalitária. Os artifícios de réplica dialógica do autor são vastos e residem, em grande parte, no alicerce que Zacarias perceptivelmente busca no resgate de autoridades em análise jurídica, histórica e política para que possa validar as suas posições.

A primeira parte da obra é destinada, sobretudo, a contextualizar o leitor sobre as crescentes disputas em torno dos limites do Poder Moderador, além de expor alguns dos pontos mais polêmicos, como o direito ao voto de graça e a livre nomeação de senadores, ambas as medidas tomadas sem consulta aos ministros. A segunda parte, por sua vez, centra-se nos discursos proferidos por Zacarias de Góis e Vasconcelos diante do Parlamento, durante o mês de julho de 1861, e que concernem à responsabilidade ministerial em relação às decisões do Poder Moderador. Por fim, a terceira parte volta-se a uma análise direta e crítica dos pensamentos acerca do Poder Moderador vinculados na obra *Ensaio sobre o direito administrativo*, de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai.

A estruturação dos capítulos, bem como as intencionalidades e a forma conferida aos enunciados alheios situam a obra em questão em uma posição muito particular quanto ao seu gênero discursivo. Trata-se de um enunciado do gênero “livro-manifesto” por toda a sua inclinação ao tensionamento político, o que representa a sua dimensão temática, mas também, como veremos, pelo seu estilo – o que será observado nas formas de transmissão do discurso alheio. Essa junção de fatores posiciona a obra como portadora de enunciados secundários, isto é, mais complexos e menos propensos ao reflexo da individualidade na linguagem, a despeito da tendência de os discursos políticos apresentarem uma forma mais rígida e avessa às inovações de estilo e de estrutura composicional.

Entretanto, não é possível deixar de reconhecer que os gêneros são relativamente estáveis em decorrência de suas funções e das condições de comunicação discursiva e, por conta disso, o gênero da obra em questão transita entre o inovador e o lugar comum, mantendo o reflexo da individualidade como “epifenômeno do enunciado, seu produto complementar” (Bakhtin, 2016 [1979], p. 18). Nessa que é a obra principal do autor, a exposição dos pensamentos de Zacarias de Góis e Vasconcelos é atravessada pelo “enunciado alheio” que é assimilado pelo discurso ou contexto autoral. Trata-se de uma obra com um variado e amplo horizonte ideológico, formado por autores e figuras históricas da Antiguidade, passando por figuras da Escolástica, como Tomás de Aquino, e

chegando a uma grande concentração de autores ingleses e franceses a partir do Renascimento até o século XIX, além de muitos políticos do Brasil Império.

As principais relações dialógicas e transmissões do discurso alheio estão presentes na primeira e terceira partes, embora tais elementos, bem como a polêmica aberta, estejam sempre presentes na obra. Esse fato aliado a uma maior extensão das referidas partes justifica a seleção aqui realizada em detrimento da segunda parte, que não está contemplada na análise que se segue.

| Da natureza e limites do Poder Moderador – Primeira parte

Na primeira parte da obra *Da natureza e limites do Poder Moderador*, o horizonte ideológico é integrado mediante numerosas citações de autores da época sob os modelos do discurso direto e indireto e suas modificações, conceitos trabalhados por Valentin Volóchinov (2021 [1929]) na obra *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Esse fenômeno está presente no enunciado, constituindo-o e integrando-o ao meio social que é também a sua origem e sem o qual não pode existir. No enunciado em análise, o modelo de discurso indireto em sua modificação analítico-objetual é o mais frequente. Conforme Volóchinov (2021 [1929], p. 269-270), o modelo do discurso indireto é um “modelo intrinsecamente analítico” que tende a uma impessoalidade, e sua modificação analítico-objetual se volta ao aspecto temático do enunciado alheio, mantendo um nítido afastamento entre o discurso autoral e o discurso alheio.

Já na primeira parte de seu livro-manifesto, Zacarias de Góis e Vasconcelos separa nitidamente, e tanto quanto possível, o discurso alheio do discurso autoral, ao introduzir a crescente polêmica⁹ envolvendo o Poder Moderador nas esferas jornalística e jurídico-política. O escritor inicia a obra com uma epígrafe do político William Blackstone¹⁰, exortando a uma discussão política comedida e com bons modos entre pessoas de pontos de vista destoantes.

9 No texto “Problemas da obra de Dostoiévski” (1922 [1929]), a polêmica (aberta e velada) é um tipo de palavra bivocal, em que a palavra do autor é orientada para o objeto do dizer ao mesmo tempo que atinge polemicamente a palavra alheia proferida sobre o mesmo tema e sobre o mesmo objeto. A polêmica aberta (predominante no enunciado de Zacarias de Góis e Vasconcelos) “está simplesmente orientada para a palavra alheia refutada como para um objeto” (p. 175).

10 William Blackstone (1723-1780) foi um jurista e político do partido Tory (antigo partido conservador e aristocrata). O seu tratado *Commentaries on the Laws of England* do qual deriva a epígrafe da obra de Zacarias de Góis e Vasconcelos é um texto jurídico muito influente desde a sua concepção no século XVIII.

A epígrafe é uma citação do inglês e segue aqui em tradução livre: “não pode existir prova mais forte daquela liberdade genuína que é o estandarte deste tempo e país do que o poder de discutir, com decência e respeito, a natureza e limites da prerrogativa” (Blackstone, 1765 *apud* Vasconcelos, 2002 [1862], p. 73, tradução própria)¹¹. A obra *Commentaries on the Laws of England*, de William Blackstone, se tornou rapidamente o mais importante texto jurídico de direito comum (praticado majoritariamente nos Estados Unidos e no Reino Unido) já escrito e acabou por influir em muitos dos autores que seriam, posteriormente, influentes sobre todos os juristas do século XIX, o que inclui certamente Zacarias de Góis e Vasconcelos e outros que serão mencionados direta ou indiretamente em seu livro-manifesto, como o Visconde do Uruguai, cujo trabalho jurídico será interrogado, em relação ao Poder Moderador, ao longo da terceira parte do texto de Zacarias.

Essa separação nítida, no entanto, nem sempre é mantida. O estilo linear é, por vezes, substituído por momentos nos quais o discurso autoral prepara ou manifesta impressões pessoais sobre o discurso alheio. Ao citar a interferência do Imperador para nomear um candidato menos votado ao Senado por Minas Gerais, Zacarias de Góis e Vasconcelos retrata o conteúdo da circular de Teófilo Otoni – o candidato preterido ao cargo, ainda que tendo sido o mais votado – na qual este expressa a sua desilusão política, o que incita os jornais, do ponto de vista do próprio Zacarias de Góis e Vasconcelos, a reacenderem a polêmica acerca dos limites do Poder Moderador:

[...] A nomeação de um senador pela província de Minas, efetuada pelo poder Moderador, havendo provocado da parte de certo candidato, que se julgara preterido, uma circular aos seus comprovincianos, em que lhes dizia que, por evitar-lhes novo desar, abstinha-se de nova candidatura, veio atear aquela já desanimada controvérsia (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 73, grifo próprio).

A forma com que o autor faz a citação se vale de um discurso indireto de modificação analítico-objetual, marcado pelo estilo linear, com afastamento entre as ideias autorais e as ideias de outrem. Ao menos é o que indica a presença do verbo *dicendi* para delimitar o posicionamento exposto na circular do candidato preterido pelo imperador. No entanto, o trecho subsequente abala tal impressão, porquanto a afirmação de que os dizeres do candidato acabaram por “atear aquela já desanimada controvérsia”, é certamente uma opinião do

¹¹ No original: “there cannot be a stronger proof of that genuine freedom, which is the boast of this age and country than the power of discussing, with decency and respect, the nature and limits of the prerogative”.

próprio Zacarias de Góis e Vasconcelos sobre os efeitos que a circular teve para a imprensa da época, ou seja, trata-se de uma influência mútua que o horizonte ideológico da época exerce no pensamento do autor.

Algo semelhante ocorre na impressão pessoal que o autor insere no texto em forma de fato histórico ao relatar a reação dos jornais:

Foi-se alargando a impressão da imprensa, até que, perdidos por fim de vista os dois casos – de graça e de nomeação de senador –, que originaram a polêmica, *travou-se* esta sobre a índole, em geral, do Poder Moderador e condições de seu exercício. De um lado *sustentou-se* que os atos do Poder Moderador, visto como se não podem reputar indiferentes, [...] devem ser compreendidos na regra fundamental do poder representativo – a responsabilidade – e por consequência sujeitos à discussão e censura [...]. De outro lado, *procurou-se* mostrar que, em face da mesma Constituição, tal se não pode afirmar: que os ministros apenas são obrigados a referendar os atos do Poder Executivo [...] (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 74, grifo próprio).

O autor relata, de forma indireta, aquilo que foi dito, pensado ou defendido, sem recuperar a forma da expressão, isto é, busca retomar o tema e o posicionamento diante do tema, portanto a reconstrução do enunciado alheio se dá no modelo que Volóchinov (2021 [1929], p. 271) define como “composição objetual”. Basicamente, o foco de transmissão do discurso alheio está no seu aspecto temático, isto é, os modos de expressão próprios do autor do discurso alheio não se revelam na reformulação feita pelo contexto autoral transmissor, que se concentra no conteúdo semântico do discurso alheio.

O discurso indireto se apresenta no excerto selecionado através das ações da imprensa, que Zacarias menciona com a utilização do pretérito perfeito em “travou-se”, “sustentou-se” e “procurou-se”, que funcionam como verbos de elocução, de dizer ou *dicendi* reforçando um discurso de narração de falas-atos executados por outrem. Os limites entre o contexto autoral e o discurso alheio são imprecisos, mas expressos por modificações do discurso indireto. No arremate de suas motivações, Zacarias de Góis e Vasconcelos passa a expor o processo que irá assumir para tratar o tema do Poder Moderador, a forma com que o faz, no entanto, assume novamente o modelo do discurso indireto em sua modificação analítico-objetual para apresentar o discurso alheio e, assim como no introito, encerra as suas razões com uma citação, apresentando um reforço estilístico de seu horizonte ideológico que comporta, desta vez, a paráfrase seguida do excerto em sua língua de origem:

Nada, certamente, escreverei de novo, nem no pensamento, nem na forma, sobre tão importante assunto; mas verdades vulgares são azadas a debelar erros vulgares, e não há erro mais vulgar nem mais perigoso do que o que tenho em vista combater: “Quand l’erreur est vulgaire, c’est par la vérité vulgaire qu’il faut lui répondre” (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 75).

A citação é de François Guizot¹² – na obra *De la peine de mort* –, o qual é considerado um importante historiador e político francês do século XIX, defensor da monarquia constitucionalista e da Casa de Orleães na disputa com os legitimistas, que formaram o grupo contrarrevolucionário da Casa de Bourbon. A paráfrase é empregada como uma forma de o discurso autoral incorporar o posicionamento do discurso alheio sem revelá-lo de imediato, assumindo-o como um discurso próprio no trecho em português: “mas verdades vulgares são azadas a debelar erros vulgares”.

Essa quebra no distanciamento entre o discurso autoral e o alheio afastaria o discurso indireto de estilo linear de modificação analítico-objetual, aproximando-o da modificação impressionista do discurso indireto que se encontra, nos termos de Vólochinov (2021 [1929], p. 277) “num meio-termo entre a analítico-objetual e a analítico-verbal”. Contudo, a posterior explicitação do discurso alheio em seu idioma original evidencia o discurso direto preparado pelo contexto autoral, que acaba por “enfraquecer os limites do discurso alheio” (Vólochinov, 2021 [1929], p. 279). As delimitações se circunscrevem aos sinais de pontuação-comunicação (dois pontos e aspas) que, somados ao fato de que, de acordo com Volóchinov (2021 [1929], p. 273), o modelo analítico-objetual do discurso indireto ser mais comum em textos de natureza não ficcional do que na literatura, fazem com que a percepção do predomínio da modificação analítico-objetual prevaleça.

A citação em seu idioma original também possui relevância, não apenas estilística, mas também persuasiva, pois confere duas forças ao discurso autoral: a autoridade do discurso alheio e o impacto do texto fidedigno, sem os riscos da palavra mal traduzida ou do sentido distorcido, autoridade e confiança tornam-se, assim, instrumentos de persuasão. No tocante ao discurso alheio, no contexto em que aparece, a citação também está deixando claro: estas palavras são a repetição do anteriormente dito e que, neste momento, revelam-se como as palavras de outro.

12 François Guizot (1787-1874), importante historiador e político francês do século XIX, defensor da monarquia constitucionalista, foi um liberal moderado que, assim como Zacarias de Góis e Vasconcelos, apresentava traços conservadores.

De volta a Volóchinov, a já mencionada obra *Marxismo e filosofia da linguagem* registra o diferencial da chamada “modificação analítico-objetual” e sua influência sobre o discurso indireto, pois, prescindindo de qualquer valor expressivo ou estilístico, se orienta melhor ao estilo linear. Dessa forma, “a modificação analítico-objetual abre grandes possibilidades para as tendências de réplica e comentário do discurso do autor”, de acordo com Valentin Volóchinov (2021 [1929], p. 272-73), que aponta tal modificação como propícia para textos “em que é necessário expor opiniões alheias sobre o assunto, comparando e discordando delas”. Essa aprovação ou discordância do discurso alheio, claramente expressa no texto, é justamente o que Zacarias de Góis e Vasconcelos faz a cada referência das muitas que perpassam sua obra. Isso fica particularmente claro na sequência, em que discute a responsabilidade dos atos do Poder Moderador rebatendo quatro dos principais argumentos contrários à responsabilidade ministerial em relação ao Poder Moderador.

Antes disso, no entanto, a necessidade de tecer as suas ideias com um colorido estilístico capaz de ilustrar a sua erudição – o que não é incomum a alguns oradores e políticos – faz com que Zacarias de Góis e Vasconcelos também produza uma relação com o discurso alheio mais do que meramente temática, como é o caso da relação traçada entre a necessidade de um sistema de freios e contrapesos e o risco de que um dos poderes do Estado resulte na postura de Alexandre, o Grande¹³:

Ponderando alguns que a chave da organização política é menos este ou aquele poder em si do que a divisão dos poderes, não é característica de nenhum deles, mas destino de todos. O certo é, dizem, que se o elemento monárquico, com as suas prerrogativas, contém em suas esferas respectivas os poderes Legislativo, Executivo e Judicial, também estes limitam a ação daquele e embaraçam que ele, de vontade única, passe a considerar-se vontade infalível e mesmo divina, como de si supunha Alexandre, argumentando logicamente com a plenitude de seu poder (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 77, grifo próprio).

Há, nesse caso, um elemento menos objetivo no resgate da figura de Alexandre. Não há uma exposição de nenhum enunciado alheio pertencente a Alexandre e nem é a referência ao rei macedônio o que diriam os “alguns” a que Zacarias faz menção. A opinião do discurso alheio recebe retoques do discurso autoral, que parece complementar o que “dizem” do “elemento monárquico” que contém e é contido pelos demais poderes. Parece mais certo que o foco na forma

¹³ Alexandre III da Macedônia foi rei da Macedônia e grande conquistador.

da expressão e a postura do imperador macedônio servem para validar suas afirmações. Pode ser difícil, neste momento, definir um ponto exato entre a análise de uma construção objetual e de uma construção analítica. A intenção de Zacarias parece, sobretudo, recair na reafirmação – realizada já desde a epígrafe – de uma determinada posição social daquele que enuncia em relação aos possíveis receptores da mensagem. Fica claro, desde cedo, que Zacarias de Góis e Vasconcelos é um erudito direcionando o seu enunciado a outros que sustentem posições sociais semelhantes, algo mais comum na comunicação de políticos quando o eleitorado se faz mais seletivo e excludente como outrora.

Esse emprego de um texto de estilo, aparentemente, linear e com delimitação clara entre discurso autoral e discurso alheio se mantém na obra de Zacarias em grande parte por se manifestar no sentido temático, que se sobrepõe à forma na delimitação gráfica e na presença do verbo *dicendi*. Não obstante, o discurso autoral está inserido em relação dialógica com o discurso alheio, pontuando-o, comentando-o e sendo afetado por ele, o que indica a presença, mesmo que não predominante, do estilo pictórico. É possível notar o misto entre modelo analítico-verbal e analítico-objetual com os comentários que caracterizam o raciocínio de Alexandre como se a consciência do governante macedônio estivesse sendo resgatada por Zacarias, o que indicaria a presença da modificação impressionista¹⁴ do discurso indireto no trecho supracitado. Ademais, como se pode esperar de um texto argumentativo e de grande extensão, o discurso indireto não é o único modelo empregado.

A modificação do discurso direto preparado, que ocorre quando o discurso direto surge a partir do discurso indireto, manifesta-se na escrita de Zacarias sem o apagamento das fronteiras entre os discursos autoral e alheio. Esse novo modelo e sua modificação aparecem no momento em que Zacarias passa a conceitualizar em que consiste o Poder Moderador e as influências que notou no formato adotado pelo Império do Brasil, cuja Constituição apresentava influências nítidas e mesmo cópias integrais do texto “Curso de política constitucional”, de Benjamin Constant. O autor afirma que “arremedou-se Constant até na frase figurada” e utiliza o art. 98 para mostrar que, de fato, o texto de Benjamin Constant foi simplesmente reproduzido. Longe de encontrar no fato um problema, Zacarias de Góis e Vasconcelos recorre novamente a François Guizot para validar a importância de Constant para o texto constitucional:

14 Na modificação impressionista do discurso indireto é nítido que algumas palavras e expressões se originam da consciência do personagem, de acordo com Volóchinov (2021 [1929], p. 277-78). Para fins de um texto não ficcional, tomamos como as palavras e expressões de um personagem histórico citado ou do discurso alheio que foi introduzido e que se imiscui no discurso autoral, apesar de que este continua preponderante.

Impossível é não descobrir nele [Poder Moderador] a teoria engenhosa de um francês traduzida na Constituição Política do Império. Refiro-me ao *Curso de Política Constitucional*, de Benjamin Constant. 'Consulte-se a obra em que mr. Benjamin Constant', diz um distinto historiador, 'representou a realeza como um poder neutro, moderador, elevado acima dos acidentes, das lutas da sociedade, intervindo só nas grandes crises. Essa ideia cumpre que encerre coisa própria a convencer os espíritos, pois com que singular rapidez passou dos livros aos fatos. Um soberano faz dela, na Constituição do Brasil, a base de seu trono [...]' (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 76, grifo próprio).

O emprego do verbo *dicendi* "diz" sem deixar que o peso semântico se perca por qualquer traço estilístico revela o modelo do discurso direto preparado que ocorre quando o discurso direto aparece no texto a partir do discurso indireto, enfraquecendo as fronteiras entre o discurso autoral e o discurso alheio, conforme a conceituação de Volóchinov (2021 [1929]). No entanto, o discurso autoral não se perde no discurso alheio, que é trazido ao enunciado para validar a visão histórica de Zacarias em relação ao influente trabalho de Benjamin Constant para os pensamentos político e jurídico brasileiros.

A forma com que Zacarias de Góis e Vasconcelos constrói o seu pensamento é um exemplo nítido de como "a orientação social do enunciado desempenha um papel decisivo na sua estrutura estilística", conforme prevê Valentin Volóchinov (2019 [1930], p. 307). Nesta primeira parte do livro-manifesto, o político e jurista brasileiro Zacarias de Góis e Vasconcelos afirma sua posição sócio-hierárquica e o seu público-alvo ao mencionar o pensamento de outros políticos, ao relatar as controvérsias abordadas pelos jornais e ao citar textos normativos em linguagem técnica. Essa autoafirmação social se mantém em toda a obra, como se mostrará adiante, nos embates que Zacarias trava nos discursos parlamentares e, de forma ainda mais evidente, durante a terceira parte, ao realizar uma exegese do texto constitucional.

| Considerações de Zacarias de Góis e Vasconcelos acerca da obra *Ensaios sobre direito administrativo, do Visconde do Uruguai* – Terceira parte

A polêmica ideológica entre o discurso autoral e o discurso alheio permeia todo o livro-manifesto de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Como o gênero manifesto é constituído pela defesa de um ideal político, o autor protege os seus pontos de vista estabelecendo relações dialógicas de polêmica aberta com outros enunciados. Na terceira parte de sua obra, Zacarias de Góis e

Vasconcelos estabelece um diálogo direto com o enunciado *Ensaio sobre o direito administrativo*, obra do Visconde do Uruguai, político da oposição, de notório saber jurídico e que assumiu posições sobre os limites do exercício do Poder Moderador em sentido contrário ao pensamento de Zacarias. Esse diálogo se dá em um tom respeitoso, mas o autor do livro-manifesto não se priva de atacar a obra de forma muito clara, configurando o que se entende por polêmica aberta.

No último capítulo de *Problemas da obra de Dostoiévski*, Mikhail Bakhtin elabora e reflete sobre os tipos existentes na palavra¹⁵ prosaística. Em linhas gerais, são três tipos de discurso ou palavra, sendo que o terceiro tipo, que mais diretamente serve aos propósitos deste artigo, é o da “palavra orientada para a palavra alheia (palavra bivocal)” (Bakhtin, 2022 [1929], p. 181). Na polêmica explícita ou aberta, a palavra (ou discurso) “está simplesmente orientada para a palavra alheia refutada como para um objeto” (Bakhtin, 2022 [1929], p. 175), sendo que “a palavra alheia age de fora; são possíveis as mais variadas formas de inter-relação com a palavra alheia e diferentes graus de sua influência deformadora (Bakhtin, 2022 [1929], p. 181). O objeto desta análise tem a polêmica aberta ou explícita como a forma de tipo multivocal predominante.

Antes de adentrar a polêmica aberta, cabe destacar porque outros tipos multivocais não estão presentes nos enunciados de Zacarias, ao menos não de forma incontestável. Basicamente, o discurso ponderado e respeitoso observado em Zacarias não deixa de ser assertivo e não pode ser considerado como próprio da palavra internamente polêmica, pois esta se distancia do discurso alheio por meio de evasivas, buscando antever a reação do público leitor e das possíveis réplicas de seus oponentes. Conforme Bakhtin (2022 [1929]), a palavra internamente polêmica trabalha com artifícios de recusa ao próprio discurso para desviar-se das reações do discurso alheio, como que antevendo a censura. Isso não ocorre com os enunciados de Zacarias de Góis e Vasconcelos. É incomum que este político faça ressalvas ou se escuse de alguma forma ao longo da obra e o seu discurso comedido e respeitoso não é fator suficiente para afirmar que se trata da recusa do próprio discurso ou de evasivas com relação às próprias ideias. O exemplo mais nítido já se mostra no início da terceira parte:

15 O termo russo empregado é *slovo*, que também pode ser traduzido como “discurso” em vez de “palavra”. Não obstante, conforme nota das tradutoras da edição mais recente de *Problemas da obra de Dostoiévski*, a opção por “palavra” mantém a diferenciação com o vocábulo *rietch*, que Bakhtin reserva propriamente à ideia de discurso (Grillo; Vólkova, 2022, p. 157).

Não pretendo acompanhar o autor em todos os argumentos e observações que aduz [...]. *Discutirei apenas, nos seguintes artigos, o que no mencionado trabalho me parecer mais importante*, começando pela análise e indo depois à história da questão, no que protesto haver-me com a franqueza que a verdade exige, mas sempre com respeito ao nome e à elevada posição do autor (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 139, grifo próprio).

Nota-se que o autor não está sendo omissivo. Pelo contrário, está apenas delimitando a porção de enunciados que irá analisar por julgar “mais importante”, mantendo sempre o “respeito ao nome e elevada posição do autor”, mas enfatizando que o recorte será tratado “com a franqueza que a verdade exige”.

O que parece variar é a forma com que o discurso alheio é percebido no contexto do discurso interior, porquanto o fundo de apercepção da palavra¹⁶ é diferente em cada uma das três partes da obra. Se a percepção avaliativa do discurso alheio acontece no discurso interior e este se vale do comentário real e da réplica (Volóchinov, 2021 [1929], p. 254), então espera-se que os diferentes contextos de transmissão influenciem na forma como o discurso alheio é percebido e também na orientação ativa do falante, neste caso Zacarias, para construir a réplica. É isso que ocorre nas três partes da obra. Na terceira, especificamente, há um cotejamento mais teórico e detido dos discursos dos opositores, ou seja, dos enunciados do Visconde do Uruguai. O objetivo de Zacarias de Góis e Vasconcelos é, assim como nas demais partes, evidenciar a incompreensão teórica de seus adversários. A diferença é que, como está se voltando ao enunciado de uma respeitada liderança política da oposição, conhecida por seus vastos conhecimentos jurídicos, Zacarias irá perceber o discurso alheio e estabelecer uma polêmica discursiva de profundidade ainda maior com cada afirmação que considera inválida nos *Ensaíos* do Visconde do Uruguai.

Em um dos momentos de maior força em suas réplicas dialógicas, Zacarias irá comparar o que o Visconde do Uruguai afirmou sobre a obra de Benjamin Constant e as ideias que o próprio francês teria registrado em seu livro, demonstrando que a omissão feita pelo seu opositor revelaria o seu equívoco. Após apresentar em discurso direto, conforme fizera anteriormente com o emprego do verbo,

16 O “fundo de apercepção da palavra” corresponde às vivências do discurso interior de um indivíduo. De acordo com Volóchinov (2021 [1929], p. 254): “O enunciado alheio não é percebido por um ser mudo, que não sabe falar, mas por um ser humano repleto de palavras interiores”; portanto, os enunciados que o receptor do discurso alheio carrega consigo são mobilizados para a produção do diálogo e da inter-relação com o discurso alheio.

o texto presente em *Ensaio sobre o direito administrativo* do Visconde de Uruguai, Zacarias demonstra, nos seguintes termos, a sua insatisfação com o entendimento superficial do adversário político acerca de Benjamin Constant que, em seu entendimento, é um dos grandes defensores da responsabilidade ministerial em atos do Poder Moderador:

Não obstante a sobranceira com que o autor do *Ensaio* assevera que os que, divergindo de sua opinião, socorrem-se à autoridade de Benjamin Constant, ou não refletem detidamente, ou têm o hábito de estudar as questões às pressas de um dia para outro, é fácil de mostrar que, desta vez ao menos, é no Ensaio que se encontra a falta de reflexão detida ou o hábito de estudar as questões às pressas. E por que o autor omitisse, na citação que fez de alguns períodos da obra de Benjamin Constant, uma parte mui importante, eu os reproduzirei por inteiro, e, para que o leitor melhor os aprecie, na própria língua do publicista (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 188, grifo próprio).

No trecho, o enunciado alheio, isto é, o texto do opositor é apresentado em discurso indireto (quando se expõem a opinião “do autor do Ensaio”) e, em seguida, é atacado pelo discurso autoral. A modificação analítico-objetual prevalece em todo o período, o que se nota, sobretudo, pela facilidade de separar o discurso autoral do discurso alheio que o antecede, como no seguinte trecho: “é fácil mostrar que, desta vez ao menos, é no Ensaio que se encontra a falta de reflexão detida ou o hábito de estudar as questões às pressas”, como prevê Volóchinov (2021 [1929], p. 272) quando trata das: “grandes possibilidades para as tendências de réplica e comentário do discurso do autor, mantendo, ao mesmo tempo, uma distância nítida e rígida entre a palavra do autor e a alheia”. Na sequência antecipada pelo final do excerto, o discurso alheio é transmitido na forma do discurso direto preparado que surge dos discursos indiretos precedentes, pois as próprias palavras de Benjamin Constant são introduzidas integralmente por Zacarias para explicitar os pontos que o Visconde do Uruguai teria falhado em compreender.

É possível perceber que, a despeito da oscilação entre estilo pictórico e estilo linear que está presente na primeira parte e, como será demonstrado, também na terceira parte, os modelos e modificações na obra de Zacarias sustentam-se com regularidade e de forma quase impecável no interior da própria divisão criada pelo autor, prevalecendo o discurso indireto de modificação analítico-objetual, que muitas vezes antecede o discurso direto preparado. Conforme Volóchinov (2021 [1929], p. 275), o discurso direto que surge do discurso indireto “é uma das modificações infinitas do discurso direto em sua interpretação

pictórica”. No entanto, isso ocorre acompanhado de uma persistente tendência à conservação da autonomia semântica do enunciado alheio em detrimento de qualquer olhar voltado à estilística, isto é, à preocupação com a dimensão da expressão verbal. No longo diálogo abaixo, pode-se notar como o discurso autoral introduz o discurso indireto alheio e, posteriormente, ressurge a partir do mesmo discurso alheio buscando refutá-lo pelos seus próprios termos:

Eis as *palavras do autor [Visconde do Uruguai]* à página 87: “Quem há de escrever os atos do Poder Moderador, quem há de autenticá-los, quem há de fazer as modificações necessárias? Certamente quem e como uma lei mui simples lei determinar, e quem e como o imperador resolver na ocasião, enquanto não existir essa lei.” [*discurso autoral*]: *Uma tal opinião é dissonante dos princípios que regem essa matéria, segundo os quais, longe de ser lícito ao monarca chamar quem lhe parecer para executar seus atos [...]. É essa opinião dissonante até mesmo do pensamento verdadeiro e luminoso que o autor [novamente o Visconde do Uruguai] expande à p. 139 nas palavras: “Quererão dizer que os atos do Poder Moderador sejam referendados por qualquer pessoa a quem se imponha a responsabilidade legal? Não é possível exigir a referenda e consequente responsabilidade (nos atos do Poder Moderador) de entidade não concebida e não destinada para esse fim pela Constituição, sem alterar a mesma Constituição”. [*discurso autoral*]: Eis a verdade escrita pelo autor como para refutar toda a sua falsa doutrina: designar uma pessoa, não conhecida, não destinada pela Constituição, para referendar e responder pelos atos do Poder Moderador, seria alterar a mesma Constituição” (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 181-182, grifo próprio).*

Os limites entre o discurso autoral e o discurso alheio estão bem delimitados no excerto, revelando o discurso indireto de modificação analítico-objetual tão comum em textos não literários. O discurso indireto e alheio é, no entanto, apresentado em função do discurso direto, pois está sendo utilizado justamente para ser invalidado, mas também é a causa de existência e a força propulsora do discurso autoral. Esse é um importante exemplo da dinâmica de relações dialógicas que predomina na terceira parte da obra. Essa característica jamais se apodera completamente das formas de transmissões do discurso alheio, embora sua presença seja marcante. Em outro momento, Zacarias irá conferir nova interpretação aos textos de Alphonse Thiers¹⁷, divergindo da interpretação do Visconde do Uruguai em seus *Ensaio*s:

17 Adolphe Thiers (1797-1877) político e historiador francês contrário ao absolutismo monárquico, mas não oposto ao absolutismo como um todo.

“Le roi règne et ne gouverne pas.’ [o rei reina e não governa]. [discurso autoral]: Que significação tinha essa máxima no espírito do distinto publicista [Thiers] Responde o *Ensaio*, à p. 139 [Visconde do Uruguai]: “A questão reduzia-se e reduz-se ao seguinte. Tratava-se de saber, essa fórmula a simplifica: se no governo constitucional de França era a Coroa um poder, ou se era coisa nenhuma”. E às pp. 140 e 141: “Pela doutrina de mr. Thiers preponderam *exclusivamente* as Câmaras e, para melhor dizer, a dos Deputados. [...] Segundo esse sistema a condição da inviolabilidade da Coroa é a *nulidade* pessoal do rei: O rei reina e não governa; isto é: o rei é *nulo*.”. [discurso autoral]: Não há maior exageração. Com a sua máxima, Thiers pretendia reprimir as exorbitâncias de Carlos X e seus ministros, mas não anular o rei [...]. O pensamento de Thiers transparece nas seguintes palavras do seu artigo sobre a “prerrogativa” publicado a 7 de janeiro de 1830 no *Nacional* [discurso de Thiers]: *l*: [...] Revestido, porém, de tão importantes faculdades, não é o rei, todavia, o *diretor absoluto da administração do Estado*. Seus agentes são responsáveis, e a marcha de seu governo é submetida à fiscalização do país, representado pelas Câmaras [...]”. [discurso autoral]: É, pois, certo que Thiers não negava ao rei o direito de intervir na *administração*, no *governo* do Estado, mas queria que ele deixasse de ser o *diretor absoluto* da mesma administração [...]” (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 224-226).

Existe uma relação de polêmica aberta acontecendo ao longo do excerto e ainda que seja, conforme Bakhtin (2022 [1929], p. 175), “difícil estabelecer uma distinção entre a polêmica velada e a explícita, aberta”, pode-se afirmar que os discursos alheios presentes não estão atuando sobre o discurso autoral. Este, por outro lado, utiliza os próprios termos do enunciado alheio com o qual rivaliza – o enunciado do Visconde do Uruguai – e os refuta com base na sua interpretação do mesmo discurso alheio o qual ambos os políticos brasileiros se propuseram a analisar em seus enunciados, ou seja, o enunciado de Thiers. Outra passagem relevante envolve Thiers e sua caracterização do Abade Sieyès¹⁸ e, posteriormente, a diferenciação que Zacarias faz entre o pensamento de Thiers e os de Lamartine¹⁹ e Napoleão²⁰, com relação às influências monárquicas:

18 Abade Sieyès (1748-1836) foi um político francês que atuou na Revolução Francesa e no golpe de Estado que promoveu Napoleão Bonaparte à posição de primeiro-cônsul.

19 Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine (1790-1869) foi um político e poeta romântico francês cuja primeira parte da vida foi atravessada pela Restauração Bourbon e a Revolução de Julho de 1830.

20 Trata-se de Napoleão I (1769-1821), militar francês conhecido como um dos maiores generais, estadistas e estrategistas militares de todos os tempos.

O grande eleitor de Sieyès [Abade Sieyès] era um magistrado supremo que, com 6 milhões de renda e suntuosas habitações, só tinha um ato a praticar: eleger um cônsul da paz e outro da guerra. *Esse grande eleitor*, que não pôde resistir aos sarcasmos de Napoleão, bem diverso da realeza da Inglaterra, *seria dentro em pouco tempo, diz Thiers como doge de Veneza faustoso e nulo, incumbido de, a cada ano, casar-se com o mar Adriático! [...]* A máxima de Thiers “O rei reina e não governa” não teve, pois, em vista aniquilar a influência do rei, torná-lo, na frase de Lamartine, *a majestosa inutilidade* da Constituição, ou, na de Napoleão, um *preguiçoso*, mas restringir a prerrogativa da realeza aos limites necessários [...]. (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 226-227, apenas os dois últimos grifos não são nossos).

Zacarias de Góis e Vasconcelos mantém as rédeas da narração sem deixar de inserir as opiniões de Thiers sobre o Abade de Sieyès, revelando aquele como o artífice de uma caracterização jocosa da função do Abade, ao compará-lo à posição simbólica de um doge de Veneza. A expressividade com que Thiers constrói o enunciado revela-se no tom do discurso alheio com a marca do sinal de exclamação. Independentemente das questões estilísticas, o objetivo de Zacarias permanece a sustentação da réplica dialógica mediante a polêmica aberta, ou seja, o seu objetivo é a validação minuciosa de sua própria interpretação sobre o pensamento de Thiers contra o entendimento do Visconde do Uruguai. Após uma extensa exposição das razões de Thiers para afastar a posição do abade da imagem da atuante monarquia francesa, Zacarias irá concluir que o pensador francês não é contrário à monarquia, e sim adepto de lhe impor limites respeitosos. Tal afirmação é feita valendo-se das próprias palavras de Alphonse Thier, que Zacarias contrapõe aos pensamentos de Lamartine e Napoleão e entrega novamente a caracterização das intenções do discurso alheio com a manifestação do mesmo em forma de discurso indireto.

A estilística, no entanto, não é irrelevante. Observa-se no excerto a manifestação do mencionado estilo pictórico, mas conforme explicado na análise da primeira parte da obra, não é um estilo pictórico “puro”, porquanto é possível notar a organização que Zacarias dá à disposição das ideias, ao enfatizar a dimensão pessoal do pensamento de Thiers sem deixar de ser a própria opinião do autor brasileiro, o que indica a presença da modificação impressionista do discurso indireto. Com exceção da segunda parte da obra, que não está sendo analisada neste trabalho, é notória a oscilação entre as modificações do discurso indireto nesta obra. Às vezes é difícil comprovar que as tendências gerais da obra estão, de fato, voltadas às modificações analítico-objetuais. A profundidade e a expressividade das sentenças com marcadores de entonação, por exemplo,

que são quase inteiramente suprimidos na obra, surgem em alguns momentos, mas é o bom senso ao olhar o conjunto da obra e a sua natureza finalística que permitem entender excertos destoantes, como o seguinte, os quais ganham determinados contornos estilísticos em sua composição por uma preocupação polêmica:

O imperador reina e não governa, ou reina e governa? Propondo-se a discutir tão grave assunto, o *autor do Ensaio começa nestes termos*: “A melhor resposta que se pode dar a essa questão seria a seguinte: o nosso imperador exerce as atribuições que a nossa Constituição lhe confere”. *É o mesmo que dizer*: “A melhor resposta a tal questão fora não dar resposta alguma”. Excelente método de discutir, que seguido em grande escala tornaria do mister de publicista a tarefa mais fácil deste mundo! (Vasconcelos, 2002 [1862], p. 223, grifo próprio).

Nesse momento emblemático, ocorre um grande entrelaçamento entre o discurso alheio e o discurso interno do autor. O questionamento proposto pelo autor é um tema respondido com os termos vinculados na obra do opositor. Porém, na sequência é apresentada uma interpretação da resposta, que é fruto do discurso autoral e que reduz a importância do discurso alheio, surgindo na observação “é o mesmo que dizer: [...]”. Por fim, o desfecho irônico no período expressivo e pontuado para que dessa forma fosse entendido fazem com que, ao menos esse excerto, seja invariavelmente dominado pelo discurso indireto analítico-verbal. A própria ideia de Volóchinov (2021 [1929], p. 274) sobre essa modificação do discurso direto justifica tal impressão quando trata das tonalidades autorais sobrepostas ao estranhamento²¹ das expressões alheias, sobressaindo-se traços como ironia e manifestações de humor provocativas.

Não há incongruência em pensar que um discurso político, que estaria mais voltado a uma divisão mais clara entre o discurso autoral e o alheio possa também conter fortes traços de ironia. No entanto, os sentimentos que afloram no apagamento de fronteiras do enunciado pela penetração das entonações do enunciado autoral no discurso alheio não parecem surgir no excerto acima com uma divisão tão clara. Isso mostra a dificuldade de determinar a modificação predominante no livro-manifesto de Zacarias. Existe a possibilidade de que a palavra alheia seja tratada por polêmicas discursivas abertas e que apareça com delimitações claras justamente para que seja rebatida pelas entonações autorais carregadas de intenções hostis à palavra alheia irônica, conforme

21 Volóchinov faz o empréstimo do termo “estranhamento” (no original: “ostranenie”), cunhado pelos formalistas russos.

prevê Bakhtin (2022 [1929], p. 172). Trata-se, em nosso exemplo, da palavra alheia tornada irônica, ou ironizada, pela entonação do discurso autoral. Vale reforçar que, no geral, os enunciados de Zacarias de Góis e Vasconcelos são respeitosos, sobretudo na terceira parte, na qual a ênfase recai, de forma mais detida, sobre um enunciado específico e contrário ao seu posicionamento em relação ao horizonte ideológico de sua época, mas isso não o impede de polemizar abertamente e de forma quase parodística com a palavra alheia, demonstrando a possibilidade de ser incisivo sem esmorecer e ético sem fazer concessões e nem relativizar os seus pontos de vista.

| Considerações finais

O gênero manifesto se define pela proposição de mudanças. Tais mudanças dialogam com o horizonte ideológico precedente formado pelas ideias de autores do liberalismo clássico. O sujeito que realiza a escolha de defender ideias em um determinado momento histórico pode fazê-lo consciente de que a expressão de seu ponto de vista é atravessada pelo entendimento que desenvolveu acerca de seu horizonte ideológico.

Quando defende a sua visão sobre questões político-jurídicas, Zacarias de Góis e Vasconcelos posiciona-se histórica e socialmente no mundo, selecionando discursos alheios, por um lado, do liberalismo clássico francês para fundamentar a sua defesa do Poder Moderador e, por outro, de conservadores brasileiros contemporâneos aos quais se opõe. O gênero manifesto visa a ação que produz alterações ideológicas, históricas e sociais. Nesse sentido, o enunciado de Zacarias buscava alterações nas bases da divisão de poderes do Estado, o que não é jurídica ou politicamente simples e nem singelo.

A análise mostra escolhas deliberadas de estilos, modelos e modificações de transmissão do discurso alheio – pela frequência dos padrões de modificação ao longo do texto –, que materializam a polêmica aberta com o horizonte ideológico da época. Dadas as diferenças expostas, as partes se unem no tocante ao domínio do modelo analítico-objetual, quase sempre antecedendo manifestações do discurso alheio em discurso direto preparado. A questão do discurso alheio não é um mero acaso do qual o autor está completamente inconsciente durante a produção do seu texto. Em geral, o autor é ciente do impacto que o horizonte ideológico tem no produto de seu pensamento individual.

Zacarias de Góis e Vasconcelos, mais do que muitos, vale-se dos discursos alheios, tanto de seus mentores intelectuais quanto de seus adversários

de tribuna, com o intuito de apresentar um discurso autoral sempre forte e convicto do que defende, uma vez que embasado no pensamento liberal clássico formador do horizonte ideológico-político europeu desde o século XVII até os tempos de Zacarias. A consciência que o autor possui da relação dialógica com o seu horizonte ideológico e o contexto sócio-histórico e extralinguístico certamente moldam o discurso autoral para que não se limite a uma série de afirmações sem base teórica.

Os dados da análise mostram que o discurso político pode desenvolver a polêmica aberta de forma complexa e profunda, com nuances estilísticas que não se desvinculam da orientação social e do horizonte ideológico que unem ou distanciam o falante e o destinatário presumido. Enunciados da esfera política do período imperial brasileiro podem ser reflexos de eleitores e políticos de uma pequena elite rural, que seguiam tendências de enunciados europeus formadores das correntes filosóficas então em voga. Não obstante, o presente trabalho indica tensionamento político no Império do Brasil, ainda que os efeitos sociais da política “amistosa” do período não se comparem ao que se espera de visões antagonistas e de enfoque dissociativo. Futuras análises, porém, podem correlacionar os ataques ao Gabinete Zacarias e as reações à sua obra como possíveis efeitos que um discurso moderado também é capaz de surtir. Essa característica do autor revela a necessidade de um número mais expressivo de trabalhos orientados pelos trabalhos de Bakhtin e do Círculo que tenham como objeto enunciados não literários de polêmica predominantemente aberta, mas com teor comedido.

Referências

BAKHTIN, M.; DUVAKIN, V. **Problemas da obra de Dostoiévski**. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2022 [1929].

БАХТИН, М. М. [ВАКНТИН, М. М.] К вопросам методологии эстетики. Проблема формы, содержания и материала в словесном художественном творчестве [Questões de metodologia estética. O problema da forma, do conteúdo e do material na criação artística verbal]. *Собрание сочинений т. 1. Философская эстетика 1920х годов [Obras reunidas vol. 1. Estética filosófica dos anos 1920]*. Org. S. G. Botcharóv, N. I. Nikoláev. Moscou: Издательство русские словари/Языки славянской культуры, 2003[192-]. p. 265-325, 707-878.

БАХТИН, М. М. [ВАКНТИН, М. М.] К философии поступка [Por uma filosofia do ato]. *Собрание сочинений т. 1. Философская эстетика 1920х годов [Obras reunidas vol. 1. Estética filosófica dos anos 1920]*. Org. S. G. Botcharóv, N. I. Nikoláev. Moscou: Издательство русские словари/Языки славянской культуры, 2003[192-]. p. 7-68, 351-492.

BAKHTIN, M. O Problema do Conteúdo, do Material e da Forma na Criação Literária. *In*: BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e estética (A Teoria do Romance)**. Tradução Bernardini A. F.; Junior J. P.; Júnior A. G.; Homero H. S.; de Andrade F. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1993 [1924]. p. 13-70.

BASILE, M. O império Brasileiro: Panorama Político. *In*: BASILE, M. **História Geral do Brasil**. Maria Yedda Linhares *et al.* Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2016 [1990]. p. 175-288.

BORTULUCCE, V. B. O manifesto como poética da modernidade. **Literatura e Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 21, p. 5-17, 2015. DOI: 10.11606/issn.2237-1184.v0i21.p.5-17. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/114486>. Acesso em: 10 nov. 2023. p. 5-17.

GRILLO, S. V. C. A noção de “contexto” na obra de Mikhail Bakhtin e do Círculo. **Alfa**: revista de linguística (Unesp. Online), v. 67, p. 1-28, 2023. DOI: 10.1590/1981-5794-e17813. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/17813>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **For a left populism**. London: Verso, 2018.

LOCKE, J. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos**. Tradução Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Rio de Janeiro: Vozes, 1994 [1689].

MEDVIÉDEV, P. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução e notas E. V. Américo e S. Grillo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

OLIVEIRA, C. H. S. Da Natureza e Limites do Poder Moderador e a memória do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. *In*: OLIVEIRA, C. H. S.; VASCONCELOS, Z.G. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002 [1862]. p. 9-54.

VASCONCELOS, Z. G. Da Natureza e Limites do Poder Moderador. *In*: VASCONCELOS, Z. G. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002 [1862]. p. 73-223.

VOLÓCHINOV, V. Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua? *In*: VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1930]. p. 234-265.

VOLÓCHINOV, V. Estilística do discurso literário III: a palavra e sua função social (1930). In: VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia:** ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1930]. p. 306-336.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução S. Grillo e E. V. Américo. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2021 [1929].

Como citar este trabalho:

SCHNEIDER, Rafael; GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Horizonte ideológico, discurso alheio e polêmica no livro-manifesto de Zacarias de Góis e Vasconcelos. **Revista do GEL**, v. 22, n. 2, p. 295-320, 2025. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>. Submetido em: 17/07/2025 | Aceito em: 14/11/2025.

Submetido em: 18/07/2025 | Aceito em: 14/11/2025.